



Índice

- 01** [Inscrições para os jogos indígenas começam na segunda-feira 14](#)
- 02** [Terras indígenas são debatidas na UFFS](#)
- 03** [Grupo de trabalho vai discutir saúde indígena do Polo Base de Grajaú](#)
- 04** [União não quer proteção das Forças Nacionais a indígenas do MS](#)
- 05** [Produtores de Mato Grosso discutem com Famato ampliações de terras indígenas](#)
- 06** [ENFERMAGEM PARA INDÍGENA - avaliações didáticas serão aplicadas nesta quinta-feira](#)
- 07** [MPF defende agilidade em processo sobre área reivindicada como indígena](#)
- 08** [Índigena encontrada morta teria levado 20 golpes de faca e foice; veja vídeo](#)
- 09** [Apreendidas 815 peças de artesanato indígena na Fenearte](#)
- 10** [PA: MPF denuncia delegado da PF pelo assassinato de indígena](#)
- 11** [Escavação arqueológica revela funeral inédito de indígenas](#)
- 12** [Indígenas da tribo Guarani serão beneficiados com casas em Torres](#)
- 13** [Survival condena retrato que o fotógrafo Jimmy Nelson oferece dos povos Indígenas](#)
- 14** [Acadêmicos de Educação Física da UNIGUAÇU/FAESI aplicam atividades recreativas na Aldeia Indígena de São Miguel](#)
- 15** [Oito milhões de mulheres indígenas sofrem violência](#)



- 16** [Game 'indie' brasileiro 'Aritana e a Pena da Harpia' é lançado em disco](#)
- 17** [Durante cheia de rio, ribeirinhos do AM improvisam 'pelada' em flutuante](#)
- 18** [MPF/AM quer reconhecimento de associações de comunidades extrativistas junto ao INSS](#)
- 19** [Mostra Neville D'Almeida exhibe filme sobre indígenas do Pará](#)
- 20** [Boletim Mundo: Relatório da PF apontou ação de fazendeiros armados contra o povo Xakriabá de Cocos, mas nenhuma medida foi tomada](#)
- 21** [MPF consegue reabertura de postos de saúde indígenas](#)
- 22** [Aracruz Celulose consegue reverter decisão da justiça federal sobre grilagem de terras](#)
- 23** [Incrá reconhece terras de comunidade quilombola no Maranhão](#)
- 24** [Povo indígena desconhecido faz primeiro contato com a Funai no Acre](#)
- 25** [Cursos do Senar/MS contribuem na nutrição de indígenas](#)
- 26** [PF devolve indígenas para Venezuela](#)
- 27** [Indígena desaparecido há dois dias é encontrado morto na Te'yikuê](#)
- 28** [Polícia confirma que adolescente indígena se matou após derrota do Brasil](#)
- 29** [Casa de Saúde Indígena no Araguaia atende mais de 7.000 Xavantes](#)
- 30** [Lei cria Semana dos Jogos Escolares Indígenas de Dourados](#)
- 31** [Antes de adeus, Alemanha doa 10 mil euros a comunidade indígena](#)



Inscrições para os jogos indígenas começam na segunda-feira 14

SÍTIO FOLHA DO POVO, 10.07.2014

As inscrições para os Jogos Indígenas de Campo Grande já podem ser realizadas a partir de segunda-feira (14) na sede da Funesp. A competição acontecerá nas modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco e flecha, lança e cabo de guerra. As quatro últimas fazem parte dos costumes indígenas e servem para resgatar as tradições nas aldeias.

A Funesp (Fundação Municipal da Esporte) e representantes da Comunidade Indígena da Capital organizam para o dia 27 de julho a 9ª edição do Jogos Urbanos Indígenas de Campo Grande. A competição acontecerá no Parque Ayrton Senna em 6 modalidades. Para participar foram convidadas as etnias Terenas, Guató, Kimikinau, Guaraní-Caiuá e Kadiwé, além das etnias Xavante e Bororó, oriundos do MT.

Líder das Comunidades Indígenas de Campo Grande, Adilson Venâncio, acredita que os jogos representam a integração, o resgate da cultura e da tradição indígena. "Os jogos são uma forma de ficarmos sabendo como estão os indígenas, o que eles estão fazendo, se estão em Campo Grande, se estão estudando ou trabalhando. Serve para integrar e interagir nossa população", afirmou.

Para o Presidente da Funesp, José Eduardo Amâncio da Mota (Madrugada), os jogos são fundamentais por contribuírem para o desenvolvimento da sociabilidade, das emoções, da inteligência e por fomentar a prática esportiva entre os indígenas. "Os Jogos indígenas têm características específicas, são atividades mais corporais, algumas até lúdicas que envolvem também as modalidades oficiais como futebol, atletismo e voleibol".



Terras indígenas são debatidas na UFFS

SÍTIO CORREIO DO POVO DO PARANÁ, 10.07.2014

Debatendo sobre “Pesquisa e Extensão em Terras Indígenas do Paraná”, o professor da Unicentro José Ronaldo Fassheber, esteve dividindo sua experiência com alunos e professores na UFFS.

O evento realizado na última segunda-feira (7) faz parte do projeto de extensão "Aquicultura na Terra Indígena Rio das Cobras: valorização e diálogos interculturais" da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.

“Trato um pouco da questão metodológica da experiência que a antropologia tem com as populações indígenas há mais de um século nesse trabalho de campo; toda a questão da dificuldade instrumental de aplicação dessas pesquisas, desde as resistências indígenas até as resistências legais que existem, o que torna o trabalho não só mais difícil, mas também mais gratificante ao final”, explica Fassheber.

De acordo com o professor Cristiano Augusto Durat, colaborador do projeto de extensão “Aquicultura na Terra Indígena Rio das Cobras”, a palestra contribui para melhorar o debate acerca de alguns conceitos e jogar fora um pouco dos nossos problemas em relação à comunidade indígena, os preconceitos, muitas vezes discriminatórios”, aborda.

Confira reportagem completa na edição desta quinta-feira no Jornal Correio do Povo.



Grupo de trabalho vai discutir saúde indígena do Polo Base de Grajaú

SÍTIO JORNAL GRAJAÚ DE FATO, 10.07.2014

50% do grupo serão formados por 14 representantes dos usuários indígenas, sete dos trabalhadores da Saúde, e sete pelos gestores e prestadores de serviços; os seguimentos formam 25% cada

Na manhã desta quarta-feira (9), representante das 114 aldeias que compõem o Polo Base de Grajaú, estiveram reunidos na Câmara Municipal de Grajaú para discutir sobre a criação do Grupo de Trabalho para reorganizar o fluxo de trabalho no Polo Base, definir os territórios de atuação das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), e a distribuição do número de profissionais por equipes.

“Estamos aqui para discutir os problemas internos de cada aldeia e região, como também para ouvir as reclamações e sugestões dos índios sobre a prestação dos serviços de saúde indígena”, informou o vereador José Arão Marizê Lopes, que mediava à reunião entre os indígenas.

Arão disse ainda que a criação do Grupo de Trabalho é uma determinação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI), coordenado pelo enfermeiro Alexandre Oliveira Cantuária em São Luís.

O DSEI é uma unidade organizacional da Funasa, base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária claramente identificada, que reúne um conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica. É articulado com a rede do Sistema Único de Saúde - SUS, para referência e contra referência, composto por equipe mínima necessária para executar suas ações e com controle social por intermédio dos Conselhos Locais e Distrital de Saúde.

Grupo de Trabalho

50% do grupo serão formados por 14 representantes dos usuários indígenas, sete dos trabalhadores da Saúde, e sete pelos gestores e prestadores de serviços; os seguimentos formam 25% cada.

A responsável técnica do Polo Base de Grajaú, enfermeira Lisandra Chaves Batista Ribeiro, vai assessorar o grupo de trabalho durante as reuniões até o dia 15 de julho, data prevista para instituição do grupo e elaboração do relatório final das atividades desenvolvidas.

Agenda de reuniões

Dia 12 de julho – Aldeia Coquinho

Dia 13 de julho – Aldeia Bacurizinho

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

Dia 14 de julho – Aldeia Morro Branco

Dia 15 de julho – Aldeia Ipú

Polo Base de Grajaú

É composto por 114 aldeias em seis regiões: Ipú, Bacurizinho, Bananal, Coquinho, Morro Branco e Itaipava, distribuídas em três municípios: Grajaú, Itaipava do Grajaú e Jenipapo dos Vieiras.

Entenda o que é um DSEI. Clique aqui

(<http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/distritos.pdf>)



União não quer proteção das Forças Nacionais a indígenas do MS

SÍTIO JORNAL GGN, 10.07.2014

Jornal GGN - A União recorreu contra decisão de manter policiais da Força Nacional de Segurança para proteger indígenas na Fazenda Santa Helena, em Caarapó, a 270 km ao sul de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O pedido do Ministério Público de policiamento preventivo foi acatado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

Segundo o MPF, “é notório o embate existente nesta região de Dourados entre a polícia local (civil e militar) e indígenas”, e que tornava necessárias as forças federais. Do outro lado, a União alegou que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança não têm essa atribuição.

Mato Grosso do Sul é o estado que tem a segunda maior população indígena do país: cerca de 70 mil pessoas. Em contrapartida, apenas 0,2% das terras são indígenas. O estado que tem economia de base agropecuária, acumula 1,1 milhão de hectares de lavouras de soja e 425 mil de cana – correspondendo a, respectivamente, 10 e 30 vezes mais que a soma de todas as áreas ocupadas por índios. É lá que também existem os maiores índices de suicídio e violência contra essa população.

A Fazenda Santa Helena já era reivindicada como terra indígena. Mas a ocupação de 200 pessoas da comunidade Tey Kuê só ocorreu, de fato, depois do assassinato a tiros de um deles, o adolescente Denílson Barbosa, de 15 anos, enquanto pescava no interior da propriedade.

A Justiça da 1ª instância considerou que a intervenção das forças nacionais poderia “resguardar a integridade física e psicológica de índios e não índios na área em conflito”. Mas a União recorre da decisão.



Produtores de Mato Grosso discutem com Famato ampliações de terras indígenas
SÍTIO AGRONOTÍCIAS/MT, 10.07.2014

Produtores rurais de Brasnorte e de Barão de Melgaço participaram, ontem, de uma reunião na Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) para discutir a ampliação, demarcação e criação de terras indígenas nos respectivos municípios. O prefeito de Brasnorte, Tarcísio Aguiar, e o consultor da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Rudy Ferraz, também participaram da reunião.

Em Brasnorte a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar a Terra Indígena (TI) Menkü em quase 100 mil hectares (ha), passando de 47 mil ha para mais 146 mil ha. Outro processo prevê a ampliação da TI Manoki de 45 mil ha para 250 mil ha. O produtor rural Rodrigo Deon, que está em Brasnorte há 10 anos, teme perder metade da propriedade com a ampliação da TI Menkü. "Nossas áreas foram adquiridas há muitos anos e passou pelo crivo da regularização imobiliária do Estado. Com a ampliação da terra indígena corremos o risco de perder cinco dos 10 mil hectares da nossa propriedade", diz Deon.

O consultor jurídico da FPA Rudy Ferraz orienta aos produtores rurais que entrem na Justiça para que seus direitos sejam preservados. "No caso de Brasnorte, o ideal é que os produtores ingressem com processos judiciais para suspender a ampliação das TI's, já que há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que impossibilita a ampliação de terras indígenas no Brasil", explica Ferraz.

Brasnorte tem cerca de 130 mil ha de terras indígenas regularizadas. Com as ampliações, essas áreas podem passar de 500 mil ha, situação que preocupa a prefeitura do município. "Viemos aqui para buscar orientações e discutir estratégias jurídicas que possam impedir as ampliações. Afinal, são áreas produtivas que geram emprego e renda para nosso município", pontua o prefeito de Brasnorte, Tarcísio Aguiar.

Em Barão de Melgaço, os produtores rurais estão preocupados com a possível criação da Terra Indígena da etnia Guató. De acordo com o produtor rural Ênio José Martins o clima de insegurança é grande na região. "Se tirarem um pedaço da nossa área, perdemos tudo, porque no Pantanal a nossa economia é movida pela pecuária extensiva, ou seja, qualquer hectare a menos faz diferença", conta o produtor.

"Neste caso, nós recomendamos que os produtores acompanhem a perícia da Funai para garantir que o marco temporal de 5 de outubro de 1988 seja respeitado. Como não havia índios no local em 1988, não há possibilidade da área ser considerada uma TI", destaca o consultor jurídico da FPA.

O analista de Assuntos Fundiários da Famato, Lino Amorim, diz que outras reuniões serão agendadas para discutir o assunto. "A reunião com os produtores de Brasnorte e Barão de Melgaço foi muito positiva, pois conseguimos discutir soluções viáveis em favor dos principais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

afetados pelas ampliações de TI's. A partir de agora queremos realizar reuniões como essas com representantes de outros municípios que passam pela mesma situação", ressalta Amorim.

Segundo a Funai, Mato Grosso possui 18.055,64 ha de TI's regularizadas, o que corresponde a 20% do território do estado. Somando as TI's declaradas, delimitadas e homologadas, o percentual cresce para 24% do território estadual. Conforme a fundação, atualmente existem 55 terras indígenas regularizadas e 23 áreas em processo de demarcação. Há ainda outras 20 áreas reivindicadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Fonte: Assessoria (foto: Só Notícias/arquivo)



ENFERMAGEM PARA INDÍGENA - avaliações didáticas serão aplicadas nesta quinta-feira

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 10.07.2014

Dez candidatos seguem para a segunda fase do edital que irá contratar docentes temporários para atuar no curso técnico em Enfermagem para 35 indígenas. Todas as avaliações didáticas ocorrerão na quinta-feira, dia 10. A lista com nome e horário está disponível no endereço (<http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20140702.pdf>). As aulas expositivas acontecerão na sede da Etsus, no bairro São Vicente.

Para garantir maior oportunidade e preencher a vacância de inscritos nas Etapas de Formação (blocos II, III, V e VII), a diretora da Etsus, Tânia Soares, anunciou que lançará novo edital de contratações. A data ainda não foi confirmada mas, possivelmente, será logo depois de concluir a segunda etapa do edital 001/2014 e 003/2014.

Tânia aproveitou para afirmar que o novo edital terá alterações. Segundo ela, a intenção é para novos profissionais de saúde terem a chance de concorrer a uma das vagas, além da Comissão Setorial do Seletivo ter opções a mais entre os inscritos. "O número de inscrições deve ser superior as 10 vagas disponíveis. Vamos flexibilizar sem perder a qualidade do perfil do docente", frisou.

A modificação ocorrerá no item 2.1.7 do edital 001/2014, que pede comprovação de experiência em área indígena de no mínimo um ano. O critério, que antes era classificatório e eliminatório, a partir do novo edital, passará a contar como pontuação extra, ou seja, não excluirá mais o candidato. "Perdemos muitos profissionais graduados na área de saúde, educação e enfermagem, pois eles não tinham experiências nas comunidades indígenas. Com o novo regulamento, mais profissionais qualificados poderão pleitear uma das Etapas de Formação", avaliou Tânia.

A intenção de formar os 35 agentes indígenas de saúde da Malacacheta em técnicos em enfermagem é para que possam atuar nas suas comunidades.

O funcionamento das aulas será em duas etapas formativas, divididas em 10 blocos que totalizam 820 horas/aulas, sendo 560 teórica e 260 prática. O docente receberá R\$ 35,00 por hora/aula e ajuda de custo de R\$ 60,00 por dia, para deslocamento e alimentação.

EM ABERTO

Dos 10 blocos temáticos propostos nas Etapas de Formação, quatro deles não tiveram candidatos inscritos, que são: Bloco II, que aborda sobre a metodologia de Pesquisa e técnicas para educação; Bloco III – anatomia a fisiologia humana, higiene e profilaxia, bem como microbiologia e parasitologia; Já o Bloco V vai abordar o Centro de Material e Esterilização e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

Noções de Farmacologia e o último vago é o Bloco VII, que focará noções de Vigilância epidemiologia e Vigilância Sanitária e também saúde de criança.

Fonte: Sesau



MPF defende agilidade em processo sobre área reivindicada como indígena
SÍTIO COLÉGIO REGISTRAL/RS, 10.07.2014

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) no dia 4/7, pedido para que a Justiça determine à Fundação Nacional do Índio (Funai) que dê continuidade ao processo de identificação e delimitação de território reivindicado como tradicional por indígenas Kaingang em Mato Castelhanos, no norte do Rio Grande do Sul. Mais de cinco anos após a criação de grupo de trabalho específico para realizar relatório técnico sobre a pertinência ou não do pleito, o documento ainda não foi publicado pela presidência da Funai.

Segundo o MPF, a demora fere o princípio da razoável duração do processo e negligência direito de os indígenas usufruírem de uma vida digna conforme os seus costumes e tradições, ambos previstos na Constituição Federal. Além disso, há receio de dano irreparável devido ao clima de animosidade entre os Kaingang e outros habitantes da região, principalmente agricultores.

Entenda o caso - Em abril deste ano, o MPF em Passo Fundo (MPF/RS) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal para obrigar a Funai, liminarmente (antes mesmo de finalizado todo o rito processual), a dar o devido andamento ao processo administrativo de identificação e delimitação de território em favor de indígenas Kaingang acampados no município de Mato Castelhanos. Embora o grupo esteja desde outubro de 2005 às margens do km 271 da BR-285, apenas em maio de 2009 foi publicada no Diário Oficial da União portaria em que a Funai constituiu grupo técnico para elaborar relatório circunstanciado de identificação e delimitação de possíveis terras tradicionais na região.

Para que se contextualize o caso, identificar e delimitar é apenas a primeira etapa do processo de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, previsto no artigo 231 da Constituição. As demais são as seguintes: declaração dos limites, demarcação física, homologação e registro cartorial. Todo o procedimento está previsto no Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Em 6 de maio de 2014, a Justiça Federal em Passo Fundo acatou o pedido do MPF e concedeu liminar determinando que a presidência da Funai se manifestasse, em até 30 dias depois de notificada, sobre o processo de identificação e delimitação. Em caso de descumprimento, o órgão deveria pagar multa diária de R\$ 10 mil.

A Funai recorreu da decisão ao TRF4 e, em 16 de junho, o desembargador relator do processo suspendeu a liminar. Agora, o MPF pede que o relator reconsidere sua decisão, o que manteria a Funai obrigada a se manifestar sobre o caso dos Kaingang em Mato Castelhanos.

Em sua argumentação, a procuradora regional da República Adriana Zawada Melo ressalta que o MPF não requer que o Poder Judiciário defina se a área em questão é terra indígena ou não,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

mas apenas “determine que o processo de demarcação tenha andamento, com a observância dos prazos fixados nas normas que lhe são próprias e que foram, há bastante tempo, extrapolados”.

Fonte: MPF



Índigena encontrada morta teria levado 20 golpes de faca e foice; veja vídeo
SÍTIO 94 FM, 10.07.2014

Segundo a perícia da Polícia Civil, a adolescente Michele Gonçalves, 12 anos, encontrada morta nessa quinta-feira (10), foi atingida com cerca de 20 golpes de faca e foice.

Próximo a vítima os policiais encontraram um foice com o cabo quebrado. Há hipótese é de que o agressor teria atingido Michele primeiramente com a foice e depois que o objeto quebrou passou a golpeá-la com uma faca.

Outro fato que chamou a atenção das autoridades é que animais se alimentaram do rosto e de parte do tronco da vítima.

A mãe da adolescente contou à redação da 94FM que ela saiu no sábado para encontrar alguns amigos e não retornou mais.

O caso

Michele foi encontrada morta na tarde de hoje na Aldeia Bororó em Dourados.

O corpo estava no meio de uma plantação de milho, próximo a escola Agostinho. Líderes da aldeia chamaram a Força Nacional e a Perícia Técnica assim que ficaram sabendo do corpo.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=quQHABBLvIk

Apreendidas 815 peças de artesanato indígena na Fenearte

SÍTIO JORNAL DO COMMERIO, 10.07.2014

Os objetos eram feitos com penas de animais silvestres



A Operação Moda Triste, deflagrada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) com apoio da Polícia Federal (PF) na tarde desta quarta-feira (9), apreendeu 815 peças artesanais feitas com penas de aves silvestres.

A utilização de partes de animais silvestres em objetos de decoração e artesanato é proibida pela legislação ambiental (Lei Federal 9.605/98).

Doze boxes foram vistoriados previamente, de maneira não ostensiva, na Feira Nacional de Negócio de Artesanato (Fenearte). A PF foi acionada e recolheu objetos em nove stands. As penas utilizadas eram de araras, papagaios, garças, carcarás e urubus.

Os responsáveis pelos boxes foram identificados e, caso o envolvimento deles com o crime seja comprovado, eles podem ser responsabilizados no âmbito criminal, além de medidas administrativas de multa e apreensão do material.

Os objetos apreendidos foram:

- 152 cocares;
- 62 canetas;
- 99 prendedores de cabelo;
- 9 faixas de cabelo;
- 47 enfeites de cabelo;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

66 colares;
371 brincos;
3 pescadores de sonhos;
4 pulseiras;
1 murana;
1 arco e flecha.



PA: MPF denuncia delegado da PF pelo assassinato de indígena

SÍTIO TERRA, 10.07.2014

O Ministério Público Federal (MPF) anunciou nesta quinta-feira (10) que denunciou à Justiça Federal, em Itaituba (PA), o delegado da Polícia Federal Antonio Carlos Moriel Sanches pelo crime de homicídio qualificado contra Adenilson Kirixi Munduruku, indígena assassinado durante a Operação Eldorado, no dia 7 de novembro de 2012, na aldeia Teles Pires, na divisa do Pará com o Mato Grosso. A exumação do corpo do indígena comprovou os depoimentos das testemunhas e demonstrou que foi executado com um tiro na nuca, depois de ter sido derrubado por três tiros nas pernas.

Pelo crime, o delegado Antonio Carlos Moriel Sanches pode ser condenado a até 30 anos de prisão. Se a denúncia for aceita pela Justiça, será submetido a julgamento pelo tribunal do júri. A Operação Eldorado deveria destruir balsas de garimpo que atuavam ilegalmente nas Terras Indígenas Munduruku e Kayabi. O coordenador da operação era o delegado Moriel Sanches.

No dia 6 de novembro, em uma reunião com os indígenas, teria sido feito um acordo para assegurar a destruição das balsas no rio Teles Pires. Não há evidência de que os índios da aldeia Teles Pires tenham participado de tal reunião. Mesmo assim, foi para lá que a equipe da Polícia Federal se dirigiu no dia seguinte, 7 de novembro, quando Adenilson foi assassinado.

Ao perceberem que a Operação Eldorado iria ocorrer na Aldeia Teles Pires, narra a denúncia do MPF, alguns índios tentaram retirar os bens que achavam necessário para suas subsistências, sendo que um dos caciques chegou perto do delegado tentando conversar com este para que não desse continuidade na destruição da balsa. Segundo o MPF, o delegado afirmou que a operação teria que ser realizada, e ainda empurrou a liderança indígena.

- Em reação, um dos indígenas que estava no local empurrou o braço do delegado Moriel, e como estavam próximos ao rio, em uma área de declive o denunciado veio a cair na água. Após tal situação, policiais federais passaram a atirar contra os indígenas e em direção ao rio. Atrás do cacique Camaleão estava um outro indígena, a vítima Adenilson Kirixi Munduruku.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=7cFqRHhIR3k

Um dos indígenas relatou os fatos que se seguiram, em depoimento ao MPF. De acordo com o indígena, depois que o delegado empurrou a liderança na qual ele iria atirar, o segurança do cacique empurrou o braço do delegado e ele escorregou e caiu na água, pois a área tem declive e o chão é liso, de barro. Foi a partir daí que começou o tiroteio.

- Nenhum indígena estava com arma de fogo. Os dois primeiros tiros contra a vítima foram dados pelo delegado, que ainda estava dentro da água, que estava pela cintura. Vários

CONT.



policiais começaram a atirar contra os indígenas que estavam no local. Três tiros acertaram as pernas da vítima Adenilson Kirixi, que perdeu o equilíbrio, caindo na água. Nesse momento o delegado, que ainda estava dentro da água, deu um tiro na cabeça da vítima, que já caiu morta e afundou no rio – acrescentou o indígena ao MPF.

O corpo de Adenilson só foi recuperado no dia seguinte e todos os agentes da PF presentes na aldeia no momento do ataque disseram não se recordar dos fatos por estarem ocupados tentando controlar os indígenas. Em vista disso, e com base nos depoimentos dos indígenas, o MPF requisitou a exumação do corpo da vítima. O exame comprovou a execução. O tiro fatal atingiu Adenilson na parte de trás da cabeça, depois que três tiros nas pernas o tinham derrubado. A bala saiu pela parte da frente da cabeça da vítima, destroçando vários ossos do crânio.

Outros dois indígenas sofreram lesões corporais graves no dia 7 de novembro de 2012, mas não foi possível, segundo o MPF, localizar provas que relacionassem os ferimentos diretamente aos agentes envolvidos na operação, por isso apenas o delegado Moriel foi denunciado.

Escavação arqueológica revela funeral inédito de indígenas

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 10.07.2014



Depois de quase três meses de escavações num sítio arqueológico em Macapá, arqueólogos do Instituto de Pesquisas do Amapá (Iepa) descobriam em um poço funerário uma forma até então inédita de funeral, produzida pelos indígenas que habitaram a região entre os anos de 1000 e 1300. A forma consistia na construção de poços com câmaras mortuárias para o sepultamento simultâneo de mais de um indivíduo. Os restos mortais eram depositados em urnas feitas em cerâmica.

Os achados foram encontrados em um sítio de quatro hectares descoberto em 2010, na comunidade quilombola do Curiaú, na Zona Norte de Macapá. O arqueólogo João Saldanha disse que o encontro de um sepultamento múltiplo é inédito no Brasil, embora estudos já tenham apontado para essa cultura em tribos do Norte do Amapá, nunca encontradas, porém.

Do lado de fora das câmaras, a equipe localizou recipientes menores, usados para a realização de oferendas durante o funeral. O arqueólogo apontou que as câmaras estavam localizadas ao lado das moradias indígenas da época, respeitando uma ordem continuada. "Temos nesse espaço conjuntos compostos de área residencial e uma área funerária, e com isso cremos que eles eram enterrados do lado da própria casa", disse.

Pouco a pouco as peças e os fragmentos estão sendo removidos para análise laboratorial, um trabalho que levará em média dois anos, conforme previu Avelino Gambim, especialista em estudos de restos mortais. "Os primeiros resultados podem identificar a idade das pessoas, o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

trabalho que fez em vida, e ainda, a causa da morte”, explicou, ressaltando que os indícios apontam para a etnia Arawaki.

Saldanha reforça que na costa do Amapá, entre os municípios de Macapá e Santana, distantes 18 quilômetros, existe uma grande quantidade de sítios arqueológicos, com depósitos de urnas funerárias. (John Pacheco)



Indígenas da tribo Guarani serão beneficiados com casas em Torres

SÍTIO LITORAL MANIA, 10.07.2014

A prefeita Nílvia Pinto Pereira se reuniu na última semana com os representantes do Governo do Estado e da Cooperativa de Habitação Indígena Araucária, de Passo Fundo, para discutir o projeto da construção de casas na Tribo Guarani. Localizada na BR 101, no bairro Campo Bonito.

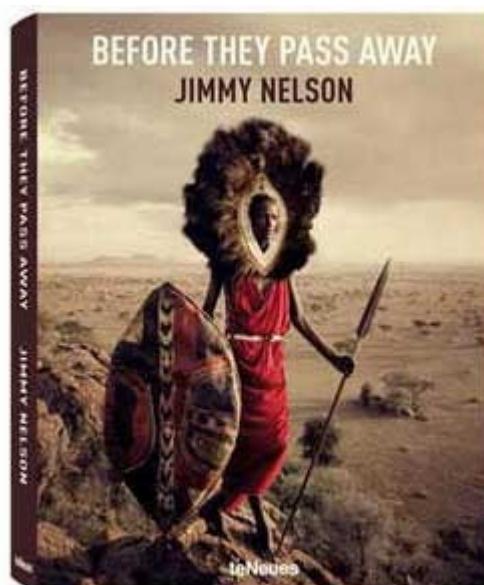
A parceria dos governos federal, estadual e municipal conta com recursos de quase R\$ 2 milhões para a implantação de 30 moradias, cada uma com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O local da obra será o mesmo onde já vivem mais de 80 famílias indígenas em casebres e barracas.

"A prefeita tem se preocupado com o desenvolvimento cultural e local de todas as etnias. A iniciativa é uma plataforma de governo com responsabilidade social, primando a qualidade de vida", disse o assessor de Políticas Públicas Afirmativas do Gabinete, Mauro Dias, que também estava presente na reunião.

A expectativa do governo é de que o projeto entre em fase de construção nos próximos 60 dias. A tribo vem recebendo um auxílio constante da prefeitura.

No início do mês, a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos realizou a doação de 700 peças de roupas, 30 cobertores e 40 pares de calçados, que foram distribuídos entre as 80 crianças e 76 adultos da comunidade indígena.

Survival condena retrato que o fotógrafo Jimmy Nelson oferece dos povos Indígenas
SÍTIO ADITAL, 10.07.2014



Adital

O trabalho do famoso fotógrafo Jimmy Nelson, criador do livro de grande formato "Before they pass away" (Antes que eles desapareçam), foi recebido com críticas pelo diretor da Survival Internacional, Stephen Corry, por meio de um artigo publicado no RI Huffington Post, em que condena a imagem falsa e prejudicial que apresenta dos povos indígenas.

Nelson explica que seu recente livro de "retratos" de pessoas indígenas, a venda por 128 euros, surgiu motivado pelo desejo de "buscar as antigas civilizações (...) e documentar sua pureza em lugares onde ainda existem culturas inalteradas". As "culturas" que encontra supostamente permaneceram "sem mudanças durante milhares de anos".

Mas Corry qualifica esse trabalho como uma fantasia do fotógrafo, que tem pouca semelhança, tanto com a aparência que esses povos apresentam na atualidade, como com a que alguma vez tenham tido.

Nas fotografias das meninas huaronis do Equador, por exemplo, elas são retratadas desprovidas da roupa que, habitualmente, a tribo veste e, em seu lugar, usam folhas de figueiras para esconderem as partes íntimas, algo que nunca foi feito (gerações anteriores de mulheres huaoranis somente usavam uma corda ao redor da sua cintura). Corry expõe que

CONT.



Nelson não só apresenta um retrato fictício dos povos indígenas, como ignora a violência genocida a que estão submetidas muitas das tribos fotografadas e, inclusive, vai mais além e pretende que, pelo mero feito de retratá-los, esses povos indígenas podem ser "salvos" da "inevitabilidade" "do desaparecimento".

Segundo declarações do diretor da Survival Internacional: "dada a enorme publicidade que o livro de Jimmy Nelson recebeu, penso que é importante expor o trabalho da prejudicial fantasia que implica, porque ignora os crimes que estão sendo cometidos contra os povos indígenas e tribos em 'nome do progresso'. Na descrição da tribo mursi da Etiópia, por exemplo, não existe menção alguma sobre os deslocamentos forçados, as agressões, assaltos e desaparecimentos a que este povo está sendo submetido".

"Não menciona, na descrição dos tibetanos, a brutal opressão que sofrem por parte da China. Não menciona os aproximadamente 100.000 papúas que morreram desde que se produziu a implacável ocupação indonésia. Não, as tribos, simples e inevitavelmente, estão 'desaparecendo'. Isso é charlatanismo perigoso, com o qual jogam todos aqueles que querem que 'desapareçam' tão rápido quanto seja possível".



Acadêmicos de Educação Física da UNIGUAÇU/FAESI aplicam atividades recreativas na Aldeia Indígena de São Miguel
SÍTIO JORNAL O FAROL, 10.07.2014

Os acadêmicos do 1º período do Curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguçu (UNIGUAÇU/FAESI), aplicaram recentemente atividades recreativas na aldeia Indígena Avá-Guarani no Distrito de Santa Rosa do Ocoy, São Miguel do Iguçu e ainda participaram do festival de vôlei no Colégio Costa e Silva de Medianeira com a participação aproximada de 900 atletas.

As atividades fazem parte das atividades da disciplina de Recreação e Lazer, ministrada pela professora Ms. Liamara Schwarz. "A participação dos acadêmicos junto à comunidade é prática comum no curso de Educação Física, a grade curricular é modelada para que haja sempre esta aplicação de conteúdos desenvolvidos na Faculdade em meio a comunidade", salientou a professora Liamara.

A Acadêmica Cláudia Piovezan participou das atividades na aldeia indígena e conta que essa experiência foi um desafio porque tiveram de lidar com uma cultura diferente. "Com muita calma e paciência conseguimos nos entender e aplicar todas as atividades propostas", destacou a estudante Cláudia.

A coordenação do Curso de Educação Física e seu colegiado parabenizam a professora e os acadêmicos que se fizeram presentes nestas atividades.

AI: Ademir José Jung (DRT-PR 8481)

Data: SMI – 07-07-14

Acesse: faesi.com.br; facebook.com/UNIGUACUFAESI; [@FAESIUNIGUACU](https://twitter.com/FAESIUNIGUACU)

Oito milhões de mulheres indígenas sofrem violência

SÍTIO FÁTIMA MISSIONÁRIA, 10.07.2014



A Comissão Nacional de Direitos Humanos do México estima que 8,1 milhões de mulheres indígenas são vítimas de abusos, agressões físicas e morais, dentro dos seus lares, e não têm acesso aos serviços de saúde e de educação

Apesar de desempenharem um papel fundamental na recomposição do país, as mulheres indígenas mexicanas continuam a ser alvo de violência doméstica e de discriminação no acesso aos serviços escolares e de saúde. Segundo dados da Comissão Nacional de Direitos Humanos, existem 8,1 milhões de mulheres a viver situações de abusos e agressões dentro das suas próprias casas. Para contrariar este flagelo, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento das Populações Indígenas está a preparar programas de formação permanente que promovam o conhecimento dos direitos humanos das meninas e mulheres indígenas e previnam a violência contra elas.

O objetivo deste plano, de acordo com a agência Fides, é contribuir para a promoção de políticas públicas que ajudem a reforçar a igualdade de condições de vida, assegurem o acesso da população feminina aos seus direitos e garantam uma vida livre de violência. Em 2012, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinalou que no México, do total da população indígena, 3,3 milhões de pessoas não conseguiram satisfazer as suas necessidades alimentares básicas. E o nível de escolarização é relacionado com o elevado índice de mortalidade materna, pois 36,5 por cento das mulheres mortas em municípios com mais de 70 por cento de população índia não possuía instrução e 24,7 por cento não conseguiu terminar o ensino fundamental.



Game 'indie' brasileiro 'Aritana e a Pena da Harpia' é lançado em disco

SÍTIO PORTAL AZ, 10.07.2014

O game "indie" brasileiro "Aritana e a Pena da Harpia", vencedor da categoria "Melhor jogo pelo Voto Popular" no BIG Festival (Brazil's Independent Games Festival), ganhou uma versão em disco por R\$ 35. O título está disponível para compra por download desde maio e será lançado em breve na loja on-line Steam.

Desenvolvido por três anos, "Aritana" é um jogo de plataforma 2D com uma história inspirada na cultura indígena brasileira. O jogador controla o índio que dá nome ao game, Aritana, e precisa aprender novos golpes e habilidades para conseguir combater os Espíritos e o Mapinguari, monstro do folclore amazônico.

Com a tendência crescente de lançamentos de games apenas em formato digital, ainda mais quando se trata de trabalhos feitos por estúdios independentes, a chegada de "Aritana" em mídia física é um alento (e uma vitória) para os fãs tradicionais. "O que pode parecer, de certa forma, antiquado, para nós é um sonho", diz Pérsis Duaik, um dos criadores do jogo. "Queremos que a pessoa possa escolher entre ter apenas o jogo no formato digital ou ter uma caixinha confeccionada para enfeitar a estante".

Durante o BIG Festival, a Sony esteve no Brasil à procura de games "indie" nacionais para serem lançados em suas plataformas. Na época, "Aritana" foi um dos que chamaram a atenção da empresa. Segundo Duaik, o contato com a Sony tem se mantido desde o evento, mas uma versão do jogo para PlayStation ainda não foi confirmada.

G1

Durante cheia de rio, ribeirinhos do AM improvisam 'pelada' em flutuante

SÍTIO GLOBO ESPORTE/AM, 10.07.2014

Com 'jeitinho amazonense', moradores de comunidade ribeirinha se apertam em mini quadra de madeira e cultivam a paixão pelo futebol



A paixão pelo futebol é quase que premissa básica para ser brasileiro. De Norte a Sul do país, a criança nasce com a bola no pé e não tem dificuldade que atrapalhe uma pelada. Em campo, ladeira, quadra de terra ou lamaçal, sempre tem futebol ou do “jeitinho brasileiro”.

No Amazonas, em certa época do ano, durante a cheia do Rio Negro, a terra some e a pelada precisa ser improvisada. O campo vira um flutuante, a grama vira madeira e o time, que precisa ser reduzido, tem que dar o “show” em um espaço de 15m².

O palco do futebol sagrado é em um flutuante, na comunidade ribeirinha em Iranduba (município a 27 km da capital). O campo é, basicamente, sobre largos troncos de madeira, que fazem com que a superfície boie sobre as águas do Rio Negro. E não é isso que tira a diversão dos meninos da região.

- Tem que jogar assim, não importa onde for, ou como seja, nós jogamos assim mesmo – sintetizou o estudante ribeirinho, Matheus Coelho.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

E não tem trabalho que fique chato na partida quase aquática. O gandula, ao contrário da regra geral, é um dos que mais se diverte durante a partida. Cada bola para fora é motivo para um mergulho nas águas do Rio Negro.

- Quando eu era pequeno eu aprendi (a nadar). O trabalho é legal, a gente cai dentro da água e tudo – se anima um dos gandulas.



MPF/AM quer reconhecimento de associações de comunidades extrativistas junto ao INSS

SÍTIO A CRÍTICA, 10.07.2014

Ação foi proposta após representação enviada por associação solicitar o poder emitir declarações representando moradores da reserva extrativista

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal, com pedido de liminar, para que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reconheça a legitimidade da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp) para representar os trabalhadores da Reserva Extrativista do Médio Purus (Resex Purus).

A ação pede também que o mesmo entendimento seja aplicado às demais comunidades tradicionais situadas em reservas extrativistas no Estado. A legitimação permitirá que a declaração da associação seja utilizada pelos trabalhadores para a obtenção de aposentadoria, pensão, salário-maternidade, entre outros benefícios previdenciários.

A ação foi proposta após representação enviada pela Atamp, que solicitava poder emitir declarações representando moradores da reserva extrativista. No documento, a associação informa que já exerce esse papel perante outras instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Durante a apuração do caso, o MPF/AM solicitou informações à presidência e à gerência executiva do INSS no município de Tefé sobre a situação e a gerência informou que a Instrução Normativa nº45/INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010, não faz referência a associações como instituições habilitadas a comprovar de exercício de atividade rural do segurado especial, o que justificaria a não admissão de declaração no caso.

A presidência do INSS respondeu que, na falta de documentos considerados como prova plena da atividade rural, poderá ser apresentada declaração do sindicato, desde que homologada pelo INSS. Para o MPF, é necessário que o entendimento sobre a questão seja ampliado, para garantir a máxima efetividade das normas constitucionais, assegurando às associações das comunidades a prerrogativa de submeter à homologação do INSS declarações de tempo de serviço dos comunitários que vivem em suas áreas de atuação, independentemente da intermediação do sindicato e sem afastar a viabilidade da declaração por este ente.

Na ação civil pública, o MPF esclarece que as associações de comunidades extrativistas desempenham a representação dos trabalhadores destas comunidades tradicionais, em lógica de organização diversa da dos demais trabalhadores rurais, não se justificando que declarações de atividade sejam prestadas exclusivamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

CONT.



Pedidos

O MPF pede à Justiça Federal, em caráter liminar, que determine ao INSS que reconheça a legitimidade da Atamp para expedir declaração em relação aos trabalhadores da Resex Médio Purus e homologue os documentos, se estiverem presentes os requisitos exigidos pelo órgão, assim como faz com as declarações sindicais.

O pedido de liminar inclui ainda a determinação para que o INSS analise as declarações expedidas pela associação nos últimos cinco anos, para homologação, e que o mesmo entendimento seja aplicado a associações de comunidades de reservas extrativistas do Estado do Amazonas que apresentarem declarações similares. A ação aguarda análise na 3ª Vara Federal no Amazonas, sob o nº0007662-62.2014.4.01.3200.

Mostra Neville D'Almeida exhibe filme sobre indígenas do Pará
SÍTIO CORREIOWEB, 10.07.2014

O filme será exibido nesta segunda-feira (14/7), às 18h40, no CCBB



A mostra exhibe o trabalho do cineasta Neville D'Almeida

Segunda
Cinema nacional

Pela mostra Neville D'Almeida — Cronista da beleza e do caos, o documentário Maksudara — Crepúsculo dos deuses será exibido nesta segunda, às 18h40, no CCBB. O filme trata da relação intimista dos índios Kayapos do sul do Pará com a natureza, enquanto são marginalizados no Brasil contemporâneo. Com o filho Tamur Aimara, Almeida passou 10 dias vivendo os hábitos indígenas da aldeia Aukre para desenvolver o longa. Este é um dos filmes raros do cineasta que compõem a programação. Na próxima quinta-feira haverá, ainda, um debate com Neville D'Almeida, às 20h. Ingressos: R\$ 4 (inteira) e R\$ 2 (meia). Não recomendado para menores de 14 anos.

Terça
Samba de raiz

O cantor e compositor Pedro Miranda se apresenta nesta terça-feira, às 20h, no Teatro da Caixa. Elogiado por grandes nomes da MPB, como Caetano Veloso, o carioca adiantará ao público do projeto Samba de bamba canções do próximo álbum, intitulado Samba original.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

Além das novas músicas, o repertório conta com as conhecidas dos seus últimos dois trabalhos da carreira solo, Coisa com coisa e Pimenteira. Ingressos: R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia). Não recomendado para menores de 12 anos.

Quarta
Cores nórdicas

Estreia nesta quarta-feira a exposição Um dia depois do outro, na Caixa Cultural. Com autoria de Renata Padovan, a mostra traz uma obra audiovisual, ao reunir fotografias, vídeos e instalações criadas pela artista plástica em uma experiência vivida na Finlândia. As diferenças cromáticas de fotografias registradas em um intervalo de tempo, assim como os vídeos, conferem um tom abstrato à mostra, que foca as fronteiras e o ato de mapear. A galeria fica aberta ao público de terça a domingo, das 9h às 21h. Entrada franca. Classificação indicativa livre.

Barzinho

Os clássicos da MPB tomam conta da noite da próxima quarta-feira, a partir das 20h, no Bar do Ferreira (Pier 21). Há 18 anos no cenário musical de Brasília, André Damatta interpreta canções de Djavan, Caetano Veloso e Chico Buarque, prometendo embalar o público sempre presente do local. Couvert: R\$ 10.

Quinta
Teatro existencial

Existencialismo e subjetividades do ser humano são os temas do projeto cênico Duas vezes um quarto, que estreia nesta quinta-feira, às 21h, no CCBB. Com autoria e direção de Marcelo Pedreira e Carla Marins, Guta Ruiz, José Karini e Lucas Gouvêa no elenco, os textos Dama da Lapa e Dilúvio em tempos de seca serão apresentados simultaneamente sob uma ótica que circunda a solidão e a incapacidade de comunicação do ser humano. Ingressos: R\$ 10 (inteira) e R\$ 5 (meia). Não recomendado para menores de 18 anos.



Boletim Mundo: Relatório da PF apontou ação de fazendeiros armados contra o povo Xakriabá de Cocos, mas nenhuma medida foi tomada
SÍTIO CIMI, 10.07.2014

Por Renato Santana,
de Recife (PE)

“O comportamento pessoal do Comandante Prado, ao ser autuado em flagrante, demonstra o que de mais vil, reprovável e atrasado existe no Brasil. Ligou para deputados, políticos e ameaçou de represálias policiais, mentiu em seu interrogatório alegando que sofrera maus tratos pelos policiais federais, enfim, arrotou a arrogância típica dos coronéis de antigamente, na crença da impossibilidade de ser atingido pelas leis penais do país, e na utilização descarada da técnica da intimidação e constrangimento das autoridades legalmente constituídas”.

A narrativa é parte do Relatório Circunstanciado Cocos (BA), enviado à inspetoria da Polícia Federal (PF) em 3 de fevereiro de 2011, sob análise e redação do delegado Victor Emmanuel Brito Menezes, atendendo expediente da Ouvidoria Agrária Nacional. O órgão solicitou averiguação à PF sobre a existência de “vigilantes” armados em fazendas nas imediações do município baiano. As “propriedades” incidem sobre territórios tradicionais reivindicados e ocupados pelo povo Xakriabá de Cocos.

Na condução do relatório, o delegado afirma que não há dúvidas “sobre a existência de empregados armados na Fazenda Portela, tanto que foram autuados em flagrante por porte ilegal um funcionário (...) e o suposto proprietário de fato da fazenda, conhecido na região como Comandante Prado”. Com base no trabalho realizado pelos agentes federais, Menezes recomendou “ação policial mais numerosa e efetiva, com vistas a descobrir todas as armas existentes na fazenda do Comandante Prado” e os demais crimes que Prado vem cometendo.

Mesmo com a conclusão das investigações pelas autoridades policiais há três anos, nada ou pouco foi feito para a efetiva proteção das comunidades indígenas. Em 2012 e 2013 novos ataques e ameaças foram registrados contra as lideranças xakriabá e seus aliados. Este ano, a aldeia do Povoado de Porcos, tomada por uma fazenda de mesmo nome, ficou completamente ilhada por pistoleiros e até o transporte de doentes está impedido. Médicos também estão proibidos de entrar e até servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) foram atacados a tiros. Há quatro anos lideranças indígenas são vítimas de emboscadas e toda sorte de privações impostas por fazendeiros.

Porém, os interesses do agronegócio e da ‘indústria de barragens’ orquestram a sincopada dança da morte numa região, o oeste da Bahia, que conta com privilegiada bacia hidrográfica e topografia plana. Enquanto o procedimento de demarcação segue emperrado, como parte da política do Ministério da Justiça para os conflitos agrários envolvendo terras indígenas, os xakriabá permanecem em situação de vulnerabilidade. Famílias são expulsas de aldeias e a

CONT.



cada ano o monocultivo avança sobre as roças e as formas autônomas de vida dos indígenas.

Registros fraudulentos

Tal avanço, de acordo com as investigações da PF, ocorreu com fraudes no registro de propriedades. Conforme aponta o delegado Menezes no relatório de 2011, "(...) pessoas do lugar, entrevistadas informalmente pelos agentes que cumpriram a missão, deram conta de outros crimes cometidos pelo Comandante Prado e seu grupo, referentes a fraudes para registrar propriedades rurais em nome de pessoas ligadas ao grupo, expulsão de posseiros, intimidações para obrigar trabalhadores rurais do local a assinar papéis em branco, entre outras".

A investigação policial dá conta ainda da participação de servidores estatais nas ações do Comandante Prado. O consórcio adota estratégias vistas em outros pontos de conflito no país, caso das terras indígenas Marãiwatsédé, do povo Xavante, no Mato Grosso, Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, e Awá-Guajá, no Maranhão. Meeiros e trabalhadores das fazendas são levados a depoimentos, inclusive incentivados ao conflito contra os indígenas, cujo conteúdo envolve a não existência de indígenas na região e a ocupação secular de outras famílias meeiras nas fazendas instaladas nas áreas.

Foi o que ocorreu em 19 de junho de 2013. Em declaração à promotora de Justiça Stella Athanazio de Oliveira Santos, o auxiliar de serviços gerais e morador da Fazenda Porcos, Joaquim Ribeiro da Costa, afirmou que a liderança xakriabá Josias Brito de Oliveira, patriarca e fundador do Povoado de Porcos morto há cerca de seis anos, costumava se declarar índio por conta de "delírio" oriundo do consumo de bebidas alcoólicas. Referiu-se à filha do indígena, Natalina Nogueira da Costa, como aliciadora, ao lado do padre Albanir da Mata Souza, de "pessoas da comunidade" ao intento de no local "criar uma reserva de área indígena". Por fim apresentou um abaixo-assinado contra a criação da "reserva" com os nomes "das pessoas enganadas" pela indígena e pelo padre.

Ameaças recentes

No dia 4 de junho deste ano, a secretária de Educação de Cocos, Silvani Alves Gama, se dirigiu ao Distrito Policial da cidade para registrar ocorrência do furto da placa de inauguração da Escola Municipal Bem me Quer Josias Brito de Oliveira, localizada no Povoado de Porcos, e assim chamada em homenagem póstuma à liderança. No mesmo dia em que o furto da placa foi comunicado à autoridade policial, outras duas ocorrências foram registradas na mesma delegacia. O cacique Divalci José da Costa Xakriabá comunicou que enquanto se encaminhava do povoado para a cidade foi abordado por dois homens que ocupavam uma motocicleta. Ambos traziam o "convite" para que ele retornasse à aldeia. Ao se negar, ouviu que caso ele não atendesse ao pedido a casa do padre Albanir seria invadida.

Já no povoado, cacique Divalcir foi abordado por outros 30 homens que o avisaram que não aceitariam a entrada de maquinários no povoado para a pavimentação da 'estrada real', via de acesso controlada pelos capangas dos fazendeiros, tampouco a abertura de um poço artesiano. Caso a decisão fosse desrespeitada, eles ateariam fogo nos equipamentos. Determinaram

CONT.



ainda que os indígenas só poderiam circular na “área em litígio” com a presença da Funai. Padre Albanir, administrador da Paróquia São Sebastião, também registrou ocorrência neste mesmo dia relatando ameaças. Os fazendeiros o taxam como mentor da ideia da demarcação de terras indígenas aos xakriabá. Estas últimas ameaças registradas em boletim de ocorrência foram levadas ao Ministério Público Federal (MPF) no dia anterior.

Avanço da fronteira agrícola

A ligação do Comandante Prado para políticos e deputados, na frente de policiais federais, não foi à toa. Em 2008, o Governo da Bahia lançou o Programa Estadual de Bioenergia – BahiaBio. O projeto estimou em 240 mil hectares a área propícia ao cultivo de cana-de-açúcar no oeste baiano destinada ao etanol. Ou seja, a ocupação das áreas tradicionais do povo Xakriabá de Cocos por fazendas é parte integrante desse esforço. A antropóloga Sheila Brasileiro, perita da Procuradoria da República na Bahia (PR/BA), relatou a situação em 2011 depois de percorrer a região. O avanço acelerado das fronteiras agrícolas, com o aval das autoridades públicas, tem lançado os fazendeiros para cima das terras indígenas, ribeirinhas e camponesas.

No município de Cocos, além do Povoado de Porcos, há ainda outras comunidades fundadas por indígenas xakriabá: Cajueiro, Bom Jesus e Canguçu. Estes grupos de indígenas que chegaram ao oeste da Bahia a partir do final do século XIX e início do XX são oriundos de São João das Missões (MG), onde o povo Xakriabá foi aldeado no século XVIII. Conforme o relatório da antropóloga da PR/BA, o interesse sobre estas terras, tomadas por registros arqueológicos, arrefeceu no final do século passado com a falência de várias empresas de celulose. A partir da primeira década do século XXI, todavia, as fazendas agropecuárias passaram a pressionar as comunidades com o intuito de ocupar as terras. Em Canguçu, por exemplo, Sheila reproduz relatos de famílias demonstrando as restrições impostas por fazendas que ali se instalaram contra a agricultura de subsistência praticada pelos indígenas. Não restou alternativa há muitos destes xakriabá a não ser trabalhar para os fazendeiros que os acossam e violentam. Uma narrativa bastante conhecida país afora, ainda mais quando todos os apontados nas investigações policiais estão soltos e agindo.



MPF consegue reabertura de postos de saúde indígenas

SÍTIO PR/PB, 10.07.2014

Auxiliares de serviços gerais fecharam os polos-base de Baía da Traição e Marcação, alegando salários atrasados desde janeiro de 2014

Reuniao com indigenasO Ministério Público Federal (MPF), através do procurador regional dos Direitos do Cidadão José Godoy Bezerra de Souza, conseguiu a reabertura de postos de saúde indígenas localizados nas cidades de Baía da Traição e Marcação. O encaminhamento foi resultante de reunião realizada ontem, 9 de julho, com índios potiguaras para tratar da questão do fechamento de polos de saúde indígena nos referidos locais. Segundo os índios, os postos foram fechados como protesto pelos salários atrasados dos auxiliares de serviços gerais, desde janeiro de 2014.

A reunião contou com a presença de aproximadamente 30 índios, representantes do Distrito Sanitário Indígena Potiguara (Dsei) e das empresas que vão ser contratadas pela mencionada unidade de responsabilidade sanitária. No tocante a outros assuntos levantados pelos índios, José Godoy Souza informou que visitará as aldeias para avaliar a situação das comunidades.

Créditos trabalhistas – Durante a reunião, os índios alegaram trabalhar sem a devida regularização da relação de emprego, bem como sem o pagamento de créditos resultantes da relação de emprego em momentos anteriores. José Godoy Souza alertou aos índios que a prescrição para reivindicar créditos trabalhistas é de dois anos, a serem contados do término da relação empregatícia.

Todavia, como questões trabalhistas não são tratadas pelo MPF, o procurador regional dos direitos do cidadão ligou para o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Paraíba e marcou reunião para a próxima sexta-feira, 11 de julho, às 10h, na unidade do MPF em João Pessoa, a fim de tratar sobre o pagamento dos últimos dois meses de salários atrasados.

Assim, na próxima reunião, pretende-se viabilizar um acordo para que os créditos que a empresa CVA tem a receber do Dsei, devido a contrato anteriormente firmado, possam ser utilizados para pagar os salários atrasados dos trabalhadores.

Assistência jurídica – Na próxima reunião pretende-se, também, viabilizar que os índios tenham assistência jurídica para ingressar na Justiça Trabalhista, a fim de receberem os meses restantes (de janeiro a abril de 2014), assim como os valores de créditos trabalhistas de períodos anteriores. Por isso, o MPF vai convidar escritórios de prática jurídica de faculdades de Direito de João Pessoa para participar da reunião.

Com esses encaminhamentos os indígenas aceitaram reabrir os postos de saúde, retornando o
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

atendimento à população.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República na Paraíba
Fone Fixo: (83)3044-6258
Celular: (83) 9132-6751
No twitter: @MPF_PB



Aracruz Celulose consegue reverter decisão da justiça federal sobre grilagem de terras

SÍTIO JORNAL ENTREVISTA, 11.07.2014

Aracruz Celulose (Fibria) conseguiu reverter, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a decisão da Justiça Federal de primeira instância que tornou indisponíveis os imóveis obtidos pela empresa por meio de grilagem no antigo território de Sapê do Norte, formado pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, e suspendeu os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à empresa para plantio de eucalipto ou produção de celulose nas duas cidades.

O agravo apresentado pela empresa e pelo BNDES teve decisão favorável pelo relator, o desembargador federal Guilherme Diefenthaler, e deverá ser levada pelo magistrado para julgamento de mérito na 5ª Turma Especializada, como informou o TRF2, porém, sem data prevista. No último dia 2 de julho, o desembargador acatou as alegações da Aracruz e proferiu decisão suspendendo a determinação do juiz federal Nivaldo Luiz Dias.

A ação interposta pelo Ministério Público Federal (MPF) no Estado, que resultou na decisão da Justiça Federal, requeria a declaração de nulidade dos títulos de domínio de terras devolutas concedidos pelo Estado à Aracruz Celulose e a legitimação das terras em favor dos quilombolas, conforme o previsto em lei, e a condenação da Aracruz a reparar os danos morais coletivos, no valor de R\$ 1 milhão.

A instituição afirma que o processo se deu de forma fraudulenta, como constatou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Aracruz, criada em 2002 pela Assembleia Legislativa. Além disso, foi comprovada a existência de uma "aliança" entre a empresa e alguns de seus funcionários, no final da década de 60 e início da de 70, para que estes requeressem a legitimação da posse de terras devolutas estaduais, como laranjas, para transferi-las em seguida à empresa.

Para a suspensão da liminar, o relator apontou falta de "elementos que comprovem a fraude". Já sobre o questionamento da empresa sobre a legitimidade e a competência do MPF, que "estaria usurpando competências do Ministério Público Estadual (MPES), que seria o exclusivo responsável por defender os direitos de terra do Estado, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que teria responsabilidade exclusiva sobre os direitos de uma 'possível' comunidade quilombola, o relator afastou a preliminar.

A decisão da Justiça Federal foi publicada em fevereiro último. Em sua decisão, o juiz considerou necessária a antecipação de tutela para "impedir eventual negociação das terras objeto da presente ação, com risco potencial para terceiros de boa fé, bem como a construção ou ampliação de benfeitorias que possam dificultar o cumprimento de eventual decisão de procedência a ser proferida".

CONT.



Para o juiz, o teor dos depoimentos prestados comprova que eles foram usados indevidamente pela empresa, pois não se tratavam de agricultores, mas se passaram como tais perante o governo do Estado, para obtenção de título de domínio de terras rurais devolutas, transferindo-as em seguida para a Aracruz Celulose. A procuradora que assina a ação civil pública é Walquiria Imamura Picoli.

Os imóveis que constam na decisão foram requeridos nos anos 70 por 12 ex-funcionários da empresa, que funcionaram como laranja na operação. São eles: Dirceu Felício, Edgard Campinhos Junior, Fernando José Agra, Giacomo Recla Bozi, Orildo Antônio Bertolini, Ivan de Andrade Amorim, Sérgio Antônio Forechi, Alcides Felício de Souza, Gumercindo Felício, Joerval Abrahão Vargas, José Antônio Cutini e Valtair Calheiros.

Os julgamentos realizados nas Turmas Especializadas, que são compostas, cada uma, por três desembargadores, se resolvem por unanimidade, com três votos concordantes, ou por maioria, com dois votos concordantes. O resultado é anunciado pelo presidente do magistrado, mantendo ou revogando a decisão liminar do relator, o que acontece após o proferimento dos três desembargadores.

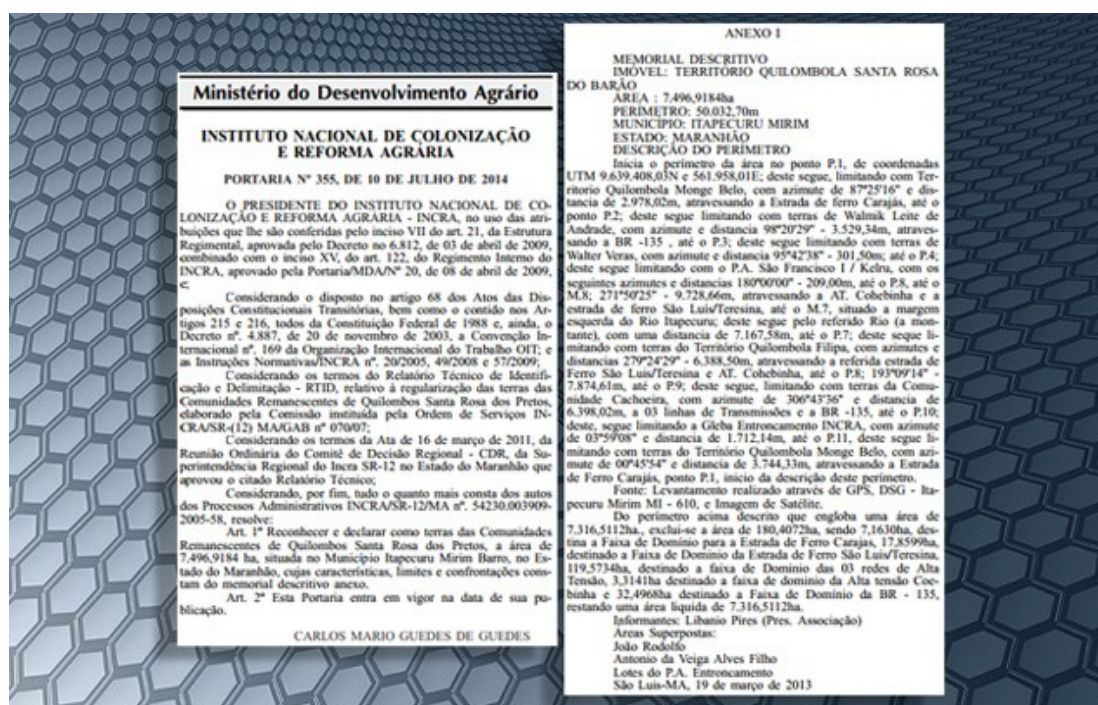
Fonte Folha do ES



Inkra reconhece terras de comunidade quilombola no Maranhão

SÍTIO IMIRANTE.COM, 11.07.2014

Área de 7,4 mil hectares em Itapecuru-Mirim é declarada como terra da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos.



SÃO LUÍS – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu, por meio de publicação na edição, desta sexta-feira (11), do "Diário Oficial da União", como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos Santa Rosa dos Pretos uma área de 7.496 hectares na cidade de Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

Foto: Arte: Maurício Araya / Imirante.com.

O processo de reconhecimento de uma terra para os quilombos é considerado por representantes do governo e de movimentos sociais uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra em qualquer unidade federativa. A partir desse

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.

O processo não tem prazo de conclusão, mas técnicos do instituto reconhecem que é um processo moroso e complexo. De acordo com estimativas do órgão, existem entre 2,5 mil e 3 mil comunidades quilombolas no país.

Leia outras notícias em imirante.globo.com. Siga, também, o Imirante no Twitter, Instagram e curta nossa página no Facebook. Envie informações à Redação do Portal por WhatsApp pelo telefone (98) 9209 2383.



Povo indígena desconhecido faz primeiro contato com a Funai no Acre

SÍTIO UOL, 11.07.2014

Um povo indígena desconhecido que vive isolado na floresta amazônica estabeleceu recentemente o primeiro contato com índios da etnia Ashaninka e com servidores da Funai (Fundação Nacional do Índio) no Alto Rio Envira, na fronteira do Acre com o Peru.

Segundo a Funai, o contato do povo indígena isolado aconteceu de forma pacífica em 29 de junho, na aldeia Simpatia. A tribo fica na terra indígena Kampa (Ashaninka) e Isolados do Alto Envira, onde vivem pelo menos 70 índios, sendo a maioria mulheres e crianças, em uma área de 232.795 hectares. A Funai não publicou fotos do encontro.

Dias antes, os índios desconhecidos assustaram mulheres e crianças Ashaninka quando apareceram nas malocas pegando panelas e facões.

O clima ficou tenso entre índios desconhecidos e os ashaninka, o que levou o governo do Acre a realizar uma operação de segurança com apoio do Exército e da Polícia Federal na fronteira. Ampliar

Em nota divulgada em 17 de junho, o governo do Acre informou que a chamada Operação Simpatia consistia em averiguar as ameaças que a comunidade ashaninka recebia dos "índios isolados" e classificou os desconhecidos como "saqueadores".

Diante da aproximação dos índios isolados na aldeia Simpatia, o coordenador-geral de Índios Isolados da Funai, Carlos Travassos, viajou para região para acompanhar o trabalho da equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Envira e do sertanista José Carlos Meirelles, da assessoria indígena do governo do Estado do Acre.

A FPE Envira vinha acompanhando a aproximação dos índios isolados desde o dia 13 de junho. A permanência do grupo isolado na região ocorre de forma pacífica. A equipe no local busca informações por meio de interpretes para que haja maior conhecimento deste grupo indígena.

Segundo a Funai, a equipe recebe apoio do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Juruá, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, para desenvolver um plano de contingência para situações de contato e evitar que os dois povos indígenas contraíam doenças.

O futuro dos indígenas depois desse contato preocupa antropólogos, que veem a vulnerabilidade dessa população em relação a doenças como a influenza, segundo artigo da revista Science sobre o assunto.

A Política de Proteção aos Índios Isolados da Funai tem a premissa do não contato, respeitando a autodeterminação dos povos e realizando o trabalho de proteção territorial com a presença destes. No entanto, são previstas ações de intervenção – planos de contingência – quando o grupo indígena isolado procura estabelecê-lo. (Com EFE)



Cursos do Senar/MS contribuem na nutrição de indígenas

SÍTIO RURAL CENTRO, 11.07.2014

Melhora na alimentação dos indígenas da Aldeia Amambaí, crianças mais nutridas e enriquecimento na refeição dos enfermos que atualmente ocupam os leitos da Casai – Casa da Saúde Indígena. Estes são alguns dos reflexos das capacitações oferecidas aos indígenas de Amambai pelo Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de MS, segundo a assistente social da Sesai - Secretaria Especial de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Lilian Martins Jara.

De acordo com Lilian, a parceria entre a Funasa – Fundação Nacional da Saúde e o Sindicato Rural de Amambai e o Senar/MS possibilitou que cerca de 100 indígenas das aldeias Amambaí e Limão Verde fossem qualificados, desde o ano passado. “Capacitamos também as cozinheiras da Casai, que hoje alimentam com mais qualidade os enfermos. A melhora na nutrição das crianças é nítida e ainda verificamos mulheres com a pretensão de se tornarem empreendedoras”, enfatizou a assistente social.

Além dos cursos relacionados ao processamento de alimentos, os indígenas das aldeias de Amambai, já participaram de capacitações voltadas à fabricação caseira de produtos de limpeza, corte e costura, artesanato em palha de milho e beneficiamento e transformação caseira da mandioca.

Incentivados pela melhoria na alimentação das aldeias, os Guaranis Kaiowás solicitaram ao Sindicato Rural do município outros sete cursos, que incentivam o empreendedorismo, a diversificação da fonte de renda e novas oportunidades de profissionalização. Os cursos de Cultivo de mandioca, processamento caseiro da banana, do milho, de derivados da soja, de produção de alimentos saudáveis, controle de orçamento familiar e prevenção a incêndio florestal compõem a lista de capacitações requeridas, que ainda serão solicitadas ao Senar/MS.

O presidente do Sindicato Rural de Amambai, Diogo Peixoto, afirma ser necessária a criação de mecanismos para a independência financeira dos indígenas. “Para que o indígena tenha dignidade são necessários mecanismos, estudos e capacitações” pontua o presidente. “Quando oferecemos cursos aos responsáveis pelas aldeias somos recebidos com imensa alegria. Em uma experiência com a qualificação de artesanato de palha de milho, mulheres da aldeia produziram materiais que não imaginavam ser capazes, colocaram à mostra belas artes e criaram renda”, reforçou Peixoto.

Para o superintendente do Senar/MS, Rogério Beretta, os indígenas têm potencialidades que precisam ser estimuladas. “O desempenho dos indígenas nas capacitações não se difere em nada do desempenho dos demais profissionais que capacitamos. Vemos a necessidade de aumentar as qualificações nas aldeias para provocar o perfil empreendedor e motivar a diversificação de renda por meio da produção rural”, enfatiza Beretta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

O Senar/MS, por meio do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, capacitará até o fim de julho cerca de 90 indígenas em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Caarapó, Aquidauna e Ponta Porã.



PF devolve indígenas para Venezuela

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 11.07.2013

Os índios oriundos da Venezuela foram apreendidos nas ruas de Boa Vista e nos semáforos da zona oeste da cidade

A Polícia Federal em Roraima (PF-RR) apreendeu mais de 50 índios oriundos da Venezuela na tarde desta quinta-feira (10), entre eles cerca de 30 mulheres e crianças que andavam pelas ruas de Boa Vista, capital do Estado, e pediam esmolas a condutores de veículos e pedestres em semáforos e cruzamentos de avenidas. Eles foram levados para a sede da PF onde prestaram esclarecimentos e, depois, foram conduzidos em ônibus para o município de Pacaraima, fronteira do Brasil com a Venezuela, para serem entregues a autoridades venezuelanas.

Os indígenas das comunidades Mariusa e Warao da etnia Ianomami, informaram à Polícia Federal que vieram para o estado de Roraima vender redes, mel e pedir ajuda aos motoristas nos sinais para comprar roupas. Essas etnias habitam as margens do Rio Orinoco e vivem no nordeste da Venezuela e a oeste da Guiana.

O delegado da Polícia Federal (RR), Leonardo Pordeus Barroso, disse que os indígenas estão sendo deportados para o seu país de origem. "Eles serão levados para a cidade de Santa Elena de Uairén, fronteira do Brasil com a Venezuela. E lá, conforme procedimentos de deportação, serão entregues para as autoridades de imigração, no caso da Venezuela, a Guarda Nacional, para providências cabíveis", declarou.

Conforme o delegado da PF, a vida desses estrangeiros irregulares em Roraima pode gerar um problema social. "Esse trabalho de recolhimento e deportação de indígenas venezuelanos é contínuo. Por conta do sistema fronteiriço, alguns indígenas abusam do direito de ir e vir, de não precisar do processo de migração, e às vezes eles passam sem ser fiscalizados", comentou.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

Indígena desaparecido há dois dias é encontrado morto na Te'yikuê

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 11.07.2014

O indígena Valdemar Vilhalva, de 47 anos, foi encontrado morto na tarde desta quinta-feira (9) próximo a uma lagoa na região do Saverá, na Aldeia Te'yikuê, em Caarapó. Seu corpo foi visto por populares que passavam pelo local.

De acordo com as informações policiais, Vilhalva teria morrido há dois dias e não foi encontrado sinais de violência pelo seu corpo.

A Polícia Cível esteve no local e investiga o caso.



Polícia confirma que adolescente indígena se matou após derrota do Brasil

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 11.07.2014

Após jogo, jovem chegou em casa abatido e foi encontrado ferido com tiro logo depois

A Polícia Civil de Paranhos, município distante 477 quilômetros de Campo Grande, confirmou que o indígena de 17 anos se matou na terça-feira (8), após a derrota do Brasil pela Copa do Mundo. De acordo com a mãe do rapaz, após a disputa, o filho chegou em casa abatido.

"A maneira em que a arma foi encontrada, como o tiro atingiu o rapaz e depoimentos de familiares confirmam o suicídio", informou a delegada que cuida do caso, Sayara Quinteiro Martins.

O caso aconteceu na Aldeia Pirajuí. No dia da disputa do Brasil, o jovem saiu para caçar e depois voltou para assistir ao jogo na casa de um tio. Após o jogo, ele foi para casa e de acordo com a mãe, estava muito abatido.

O adolescente foi encontrado no quarto, ferido na barriga com um tiro de espingarda calibre 32. Ele foi socorrido com vida ao hospital, mas não resistiu.

A delegada informou que somente este ano, já foram registrados cinco suicídios na Aldeia Pirajuí.



Casa de Saúde Indígena no Araguaia atende mais de 7.000 Xavantes

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA , 11.07.2014

A unidade de Campinópolis conta com quatro médicos do programa Mais Médicos para o atendimento do pacientes

Ezio Calanca Garcia - Interessante News

Interessante News

A unidade foi construída em Campinópolis onde a população indígenas é maior que a de brancos (Crédito: Interessante News)

A unidade foi construída em Campinópolis onde a população indígenas é maior que a de brancos

Inaugurado no último dia 23 de maio, a unidade de saúde do CASAI – Casa de Saúde Indígena de Campinópolis, ergue-se imponente por trás das imediações da antiga prefeitura, no centro da cidade e atende uma população indígena calculada em aproximadamente 7.000 pessoas.

Segundo o último censo do IBGE, Campinópolis tem uma população de 14.305 habitantes, e destes, 53% são indígenas, todos da nação Xavante, provavelmente o maior índice de presença indígena dos municípios brasileiros.

Daí o investimento de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) do governo federal através do Ministério da Saúde na construção de uma unidade da Casa de Saúde Indígena local, que funciona como casa de apoio aos pacientes encaminhados ao SUS – Sistema Único de Saúde.

Segundo o secretário do Ministério da Saúde, Antonio Alves, as unidades são importantes para o acolhimento dos pacientes.

“As Casais são fundamentais para o apoio dos indígenas que precisam se deslocar às cidades em busca de tratamento específico em hospitais.

Nelas, tanto o paciente quanto o acompanhante têm onde dormir, o que comer, e recebem todos os cuidados necessários para uma boa estadia”.

A unidade de Campinópolis conta com quatro médicos do programa Mais Médicos para o atendimento do pacientes, mais quatro enfermeiros, oito técnicos de enfermagem, um nutricionista, um assistente social e um farmacêutico.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

Na Casai, os indígenas contam também com refeitório, cozinha, lavanderia, alojamento e quiosque para lazer.

Nesta segunda feira, 07, a unidade foi visitada por membros da Sociedade Brasileira de Eubiose, que realizaram uma excursão por todo o Vale do Araguaia na última semana, e ficaram positivamente impressionados com a obra.

Outra unidade da CASAI foi construída pelo governo federal no município de Barra do Garças, porém de menores proporções, com R\$ 298 mil de recursos.



Lei cria Semana dos Jogos Escolares Indígenas de Dourados

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 11.07.2014

A Câmara Municipal de Dourados aprovou, por unanimidade, na terça-feira, o projeto de lei de autoria do vereador Aguilera de Souza (PSDC), que cria a Semana dos Jogos Escolares Indígenas. Estiveram presentes na ocasião, representantes da comunidade escolar indígena, entre eles pais, alunos, professores e diretores.

O projeto de lei apresentado pelo vereador indígena visa essencialmente incentivar os alunos da comunidade indígena a participar e valorizar a sua cultura, através da prática desportiva, e também incentivar o relacionamento humano entre as etnias que vivem na Reserva de Dourados.

Na Semana dos Jogos Escolares Indígenas, serão realizadas atividades com o objetivo de oferecer a integração cultural entre a comunidade estudantil e simpatizantes do desporto. Aguilera ressalta a importância da criação da data e dos frutos a serem colhidos.

“As escolas já têm desenvolvido atividades e campeonatos com esse intuito, e agora oficializando a data comemorativa, podemos buscar parcerias e elaborar projetos para captar recursos para realizar eventos cada vez mais qualificados”, destacou o vereador do PSDC.

Ao todo são mais de 4 mil alunos indígenas matriculados em sete escolas municipais indígenas e em uma escola estadual. A semana será comemorada na segunda quinzena do mês de outubro e contemplará toda a comunidade escolar das aldeias Panambizinho, Bororó e Jaguapiru.

Antes de adeus, Alemanha doa 10 mil euros a comunidade indígena

SÍTIO RONDÔNIA DIGITAL, 11.07.2014



Felipe Bolguese

O último dia de entrevistas da Alemanha na vila de Santo André, do município de Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia, foi marcado pela visita de índios da Comunidade Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Cerca de 15 apareceram nesta sexta-feira pela manhã e assistiram às coletivas dos jogadores Thomas Müller, Phillip Lahm e do gerente Oliver Bierhoff.

No fim, os índios presentearam os alemães com instrumentos e deram uma placa simbólica que fazia alusão à luta pela demarcação de terras que eles reivindicam à prefeitura de Santa Cruz Cabrália.

A Federação Alemã de Futebol, em contrapartida, entregou um cheque no valor de 10 mil euros (cerca de R\$ 30 mil) para que os índios comprassem um veículo para ajudar no atendimento médico à comunidade.

No dia 9 de junho, no primeiro e único treinamento aberto para o público realizado pelos alemães, cerca de 20 indígenas da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha haviam "invadido" o treino e dançado com os jogadores. O atacante Miroslav Klose, aniversariante na ocasião, recebeu de presente um arco e flecha e um instrumento musical.

Por conta da estadia na região durante a Copa, a Federação Alemã também ofereceu doação de materiais e móveis para a Escola Municipal de Santo André e financia a construção de um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2014

Brasília, 11 de julho de 2014.

campo de futebol para moradores na região. Nesta sexta, a DFB também anunciou que vai doar 25 bicicletas para crianças da região. As bicicletas haviam sido trazidas para a Bahia para que os jogadores pudessem andar pela região, mas a polícia vetou a ideia por questões de segurança.

Nesta sexta-feira à noite, a Alemanha deixa de vez a vila de Santo André e parte para o Rio de Janeiro, onde enfrentará a Argentina pela final da Copa do Mundo neste domingo, às 16h, no Maracanã. Em caso de título, os alemães irão para Berlim para comemorar com os torcedores. LANCENET!